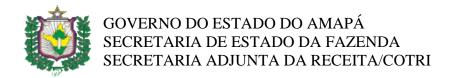
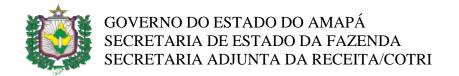


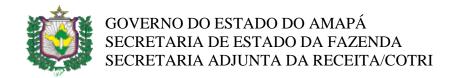
ASSUNTO	DECRETO	CONVÊNIO	BENEFÍCIOS	TIPO DE CONCESSÃO	FINALIDADE	EFEITOS
GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO	LEI Nº 0400 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1997	CONVÊNIO ICMS 112/89	REDUZ A BASE DE CÁLCULO NAS SAÍDAS INTERNAS DOS DERIVADOS DE PETRÓLEO - GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO, DE TAL FORMA QUE A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO RESULTE NO PERCENTUAL DE 12% (DOZE POR CENTO).	Ato Declaratório	ECONÔMICO	PRAZO INDETERMINADO PELO CONV. ICMS 124/93
POLPA DE CUPUAÇU E AÇAÍ	DECRETO Nº 3150 DE 06 DE DEZEMBRO DE 1999. ALTERADO PELO DECRETO Nº 3387 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006	11	OPERAÇÕES COM POLPA DE CUPUAÇU E AÇAÍ.	Escrituração Fiscal	SOCIAL/SETOR PÚBLICO	PRAZO INDETERMINADO
UNIFAP - IMPORTAÇÃO DO EXTERIOR	DECRETO № 3152 DE 06 DE DEZEMBRO DE 1999.	CONVÊNIO ICMS 77/99	ISENTA DE ICMS AS OPERAÇÕES DECORRENTE DE IMPORTAÇÃO DO EXTERIOR REALIZADAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP.	Parecer Fiscal	SOCIAL/SETOR PÚBLICO	PRAZO INDETERMINADO



TRANSPORTE, SERVIÇOS	DECRETO Nº	CONVÊNIO ICMS	CONCEDE AO	S Escrituração Fiscal	SOCIAL/SETOR	PRAZO
DE.	0526 DE 03 DE	106/96	ESTABELECIMENTOS		PÚBLICO	INDETERMINADO
	FEVEREIRO DE		PRESTADORES DE SERVIÇOS D	Ε		
	2000		TRANSPORTE CRÉDITO DE 20%	6		
			(VINTE POR CENTO) DO VALO	२		
			DO ICMS DEVIDO NA	4		
			PRESTAÇÃO, QUE SER	À		
			ADOTADO, OPCIONALMENTE	,		
			PELO CONTRIBUINTE, EN	1		
			SUBSTITUIÇÃO AO SISTEMA D	E		
			TRIBUTAÇÃO NORMAL A QU	E		
			ESTÁ INSCRITO.			
INSUMOS	DECRETO Nº	CONVÊNIO ICMS	REDUZ EM 60% (SESSENTA PO	R Escrituração Fiscal	SOCIAL/ECONÔMI	Até 31 de dezembro
AGROPECUÁRIOS	2892 DE 14 DE	100/97	CENTO) A BASE DE CÁLCULO DO	II	CO	de 2020
	SETEMBRO DE	CONVÊNIO ICMS	ICMS RELATIVA ÀS OPERAÇÕE	S		
	2001,	123/11	DE SAÍDA INTERESTADUAI	.,		
	ALTERAÇÕES:		COM PRODUTOS: INSETICIDAS	,		
	DECRETO Nº		ESTERCO ANIMAL, MUDAS D	Ε		
	0306 DE 10 DE		PLANTAS, ETC			
	FEVEREIRO DE		REDUZ EM 30% (TRINTA PO			
	2012.		CENTO) A BASE DE CÁLCULO DO			
	DECRETO Nº		ICMS NAS SAÍDA	S		
	2663 DE 13 DE		INTERESTADUAIS COM O			
	AGOSTO DE		PRODUTOS QUE INDICA			
	2020		CONCEDE ISENÇÃO NAS SAÍDA			
			INTERNAS COM OS PRODUTO	S		
			RELACIONADOS			



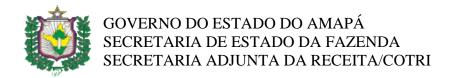
RÁDIO CHAMADA	DECRETO Nº	CONVÊNIO ICMS	REDUZ A BASE DE CÁLCULO DO	Escrituração Fiscal	SOCIAL/SETOR	PRAZO
	2891 DE 14 DE	86/99 -	ICMS NAS PRESTAÇÕES DE	,	PÚBLICO	INDETERMINADO
	SETEMBRO DE	ALTERADO	SERVIÇO DE RADIO CHAMADA,			
	2001	PELOS CONVS.	DE TAL FORMA QUE A			
		ICMS 65/00 E	INCIDÊNCIA DO IMPOSTO			
		50/01.	RESULTE NO PERCENTUAL			
		,	MÍNIMO DE:			
			III - 10%			
			(DEZ POR CENTO), A PARTIR DE			
			01 DE JANEIRO DE 2003.			
PESCADO	DECRETO Nº		DIFERE O PAGAMENTO DO ICMS	Escrituração Fiscal	SOCIAL/SETOR	PRAZO
	3599 DE 21 DE		INCIDENTE NA PRIMEIRA		PÚBLICO	INDETERMINADO
	NOVEMBRO		OPERAÇÃO INTERNA			
	DE 2001.		REALIZADA COM PESCADO			
	REPUBLICADO		DESTINADA A			
	NO DOE Nº		ESTABELECIMENTOS QUE			
	2751 DE		PROMOVAM O PROCESSO DE			
	25.03.2002		INDUSTRIALIZAÇÃO. CONCEDE			
			CRÉDITO PRESUMIDO, A SER			
			UTILIZADO QUANDO DA SAÍDA,			
			INTERNA OU INTERESTADUAL,			
			DO ESTABELECIMENTO			
			INDUSTRIAL, DE PESCADO			
			SUBMETIDO A PROCESSO DE			
			INDUSTRIALIZAÇÃO, DE FORMA			
			QUE A CARGA TRIBUTÁRIA			



ATUALIZADA ATÉ 18/09/2020

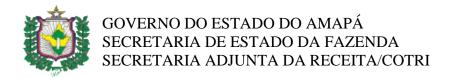
			RESULTE EM 4% (QUATRO POR CENTO), VEDADO O APROVEITAMENTO DE QUAISQUER OUTROS CRÉDITOS.			
ARTESANATO	DECRETO Nº 6511 DE 28 DE AGOSTO DE 2003	CONVÊNIO ICMS 32/75	ISENTA DO ICMS AS SAÍDAS INTERNAS OU INTERESTADUAIS, DE PRODUTOS TÍPICOS DE ARTESANATO REGIONAL.	Escrituração Fiscal	SOCIAL	PRAZO INDETERMINADO
PARCELAMENTO	DECRETO № 3173, DE 15.10.2003		PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO ICMS E REGIME ESPECIAL PARA PAGAMENTO EM DATA DIFERENCIADA	Escrituração Fiscal	SOCIAL/SETOR PÚBLICA	PRAZO INDETERMINADO.
PRODUTOR RURAL	ART. 411 E SS. DO DECRETO Nº 2269/98, ALTERADO PELO DECRETO N.º 7172/2003		TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA OS PRODUTORES RURAIS, PESCADORES E EXTRATORES DE PRODUTOS -IN NATURA- E AGROPECUÁRIOS.	Parecer Fiscal	SOCIAL/SETOR PÚBLICO	PRAZO INDETERMINADO
APARELHOS PARA DEFICIENTES AUDITIVOS E AUDIOVISUAIS	DECRETO Nº 7727, DE 03.12.2003 - REVOGADO PELO DECRETO Nº 4842 DE 19.11.2010	CONVÊNIO ICMS 47/97 CONVÊNIO ICMS 126/10	ISENTA DO ICMS ÀS OPERAÇÕES COM ARTIGOS E APARELHOS ORTOPÉDICOS E PARA FRATURAS.	Escrituração Fiscal	SOCIAL	PRAZO INDETERMINADO

Fazenda Estadual, Av. Raimundo Álvares da Costa nº 367 - Centro -CEP: 68.906-074 - Macapá/AP - Fone: (96) 2101-3122. MISSÃO: Administrar as Normas aplicadas às receitas públicas estaduais, com qualidade e respeito aos princípios legais, visando à satisfação dos clientes.

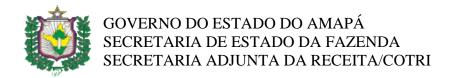


TRATORES E COLHEITADEIRAS	DECRETO № 4057, DE 31.08.2005	CONVÊNIO ICMS 77/93	AUTORIZA ISENÇÃO NO DESEMBARAÇO ADUANEIRO DECORRENTE DE IMPORTAÇÃO DE TRATORES AGRÍCOLAS E COLHEITADEIRAS DE ALGODÃO; CONDICIONA O BENEFÍCIO À DESONERAÇÃO DO IPI.	SOCIAL/AGRÍCOLA	PRAZO INDETERMINADO
PRODUTOS NATIVOS DE ORIGEM VEGETAL: LATEX IN NATURA, ANDIROBA E COPAÍBA	DECRETO № 4094, DE 01 DE SETEMBRO DE 2005	CONVÊNIO ICMS 58/05	ISENTA DO ICMS NAS OPERAÇÕES INTERNAS COM OS PRODUTOS: ANDIROBA, COPAÍBA, LÁTEX, CERNAMBI PRENSADO (CVP), FOLHA SEMI- ARTEFATO (FSA), FOLHA DE DEFUMAÇÃO (FDL), COURO VEGETAL.	SOCIAL/AGRÍCOLA	PRAZO INDETERMINADO
TÁXI, VEÍCULOS PARA	DECRETO Nº 4872, 10.11.2005; ALTERAÇÕES: DECRETO Nº 3468 DE 29.12.06; DECRETO Nº 1406 DE 18.02.2011; DECRETO Nº 0	CONVÊNIO ICMS 38/01 Convênio ICMS 22, de 03 de abril de 2020.	CONCEDE ISENÇÃO DO ICMS ÀS OPERAÇÕES INTERNAS E INTERESTADUAIS COM AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS, PARA UTILIZAÇÃO COMO TÁXI.	SOCIAL	Até 31 de dezembro de 2020

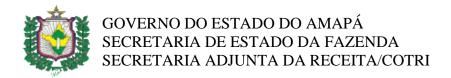
	2663 DE 13 DE AGOSTO DE 2020					
ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS (REGIME ESPECIAL)	DECRETO Nº 0163, DE 07.02.06	PROTOCOLO ICMS 05/02 PROTOCOLO ICMS 49/05	DISPÕE SOBRE REGIME ESPECIAL PARA O TRANSPORTE INTERNO E INTERESTADUAL DE BENS ENTRE ESTABELECIMENTOS DA ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS.	Escrituração Fiscal	SOCIAL	PRAZO INDETERMINADO
INCENTIVOS A CULTURA	LEI № 777/03 E DECRETO № 221/06	CONVÊNIO ICMS 74/03	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 0777, DE 14 DE OUTUBRO DE 2003, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 0912, DE 01 DE AGOSTO DE 2005, QUE DISPÕE SOBRE O INCENTIVO FISCAL PARA A REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS, NO ESTADO DO AMAPÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Escrituração Fiscal	SOCIAL	VER IN 001/2006
BATERIAS USADAS	DECRETO № 1798, DE 12.06.2006	CONVÊNIO ICMS 27/05	ISENTA DO ICMS NAS SAÍDAS DE PILHAS E BATERIAS USADAS.	Escrituração Fiscal	SOCIAL/AMBIENT AL	PRAZO INDETERMINADO



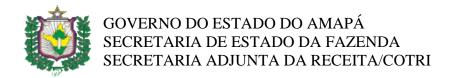
TELEFONIA - CRÉDITO	DECRETO Nº		REGULAMENTA O	Parecer Fiscal	SOCIAL/ECONÔMI	INDEFINIDO.
	1956, DE		APROVEITAMENTO DE CRÉDITO		СО	
	29.06.2006		DO ICMS INCIDENTE SOBRE A			
			ENERGIA ELÉTRICA EMPREGADA			
			NO PROCESSO DE TELEFONIA			
ACEROLA	DECRETO nº	CONVÊNIO ICMS	ISENTA DO ICMS AS OPERAÇÕES	Escrituração Fiscal	SOCIAL	PRAZO
	0386, DE 23 DE	155 DE 2006	INTERNAS E INTERESTADUAIS			INDETERMINADO
	FEVEREIRO de		COM POLPA DE ACEROLA.			
	2007		FICA DIFERIDO O LANÇAMENTO			
			E RECOLHIMENTO DO ICMS			
			SOBRE OPERAÇÕES INTERNAS			
			COM ACEROLA IN NATURA,			
			PARA O MOMENTO DA SUA			
			SAÍDA INTERESTADUAL.			
HORTIFRUTIGRANJEIRO	ART. 6º DO		ISENTA DO IMPOSTO NAS	Escrituração Fiscal	SOCIAL	PRAZO
	DECRETO Nº		OPERAÇÕES INTERNAS, OS			INDETERMINADO
	2436, DE		PRODUTOS DE			
	01.06.2007		HORTIFRUTIGRANJEIROS,			
	ART 6º, §3º DO		PRODUZIDOS E			
	DECRETO Nº		COMERCIALIZADOS POR			
	2269/98 -		PRODUTORES RURAIS			
	RICMS		INSTALADOS NO ESTADO,			
			DESDE QUE NÃO SE DESTINE A			
			INDUSTRIALIZAÇÃO			



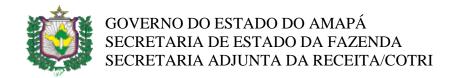
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, PARTES E ACESSÓRIOS DESTINADOS A EMPRESA DE RADIODIFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS.	DECRETO N.º 2541, DE 01.06.2007; DECRETO № 2663 DE 13 DE AGOSTO DE 2020	CONVÊNIO ICMS 10/07 Convênio ICMS 22, de 03 de abril de 2020.	ISENTA DE ICMS NA IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, PARTES E ACESSÓRIOS DESTINADOS A EMPRESA DE RADIODIFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS DE RECEPÇÃO LIVRE E GRATUITA.	SOCIAL	Até 31 de dezembro de 2020
ALIMENTAÇÃO HUMANA, PRODUTOS ESSENCIAIS NA	DECRETO Nº 2436, DE 01.06.2007		REDUZ EM 41,67% (QUARENTA E UM INTEIROS E SESSENTA E SETE CENTÉSIMOS POR CENTO) A BASE DE CÁLCULO DO ICMS NAS SAÍDAS INTERNAS. REDUZIDA EM 29,41% (VINTE E NOVE INTEIROS E QUARENTA E UM CENTÉSIMOS POR CENTO) A BASE DE CÁLCULO DO ICMS NAS SAÍDAS INTERNAS DOS PRODUTOS	SOCIAL/SETOR PÚBLICO	PRAZO INDETERMINADO
BENEFÍCIO SETOR PRODUTIVO	DECRETO № 2766, DE 22.06.2007		CONCEDE BENEFÍCIO FISCAL NAS MODALIDADES DE REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E CRÉDITO PRESUMIDO DO ICMS, DESTINADOS AO SETOR PRODUTIVO DO ESTADO DO AMAPÁ.	ECONÔMICO/FO MENTO	PRAZO INDETERMINADO



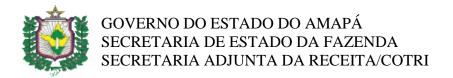
EXECUÇÃO FISCAL - DISPENSA.	LEI Nº 1178 DE 02.01.08 ALTERADA PELA LEI Nº 2205 DE 2017	DISPÕE SOBRE DISPENSA EXECUÇÃO FISCAL DE CRÉD TRIBUTÁRIO OU NÃO, E OUTRAS PROVIDÊNCIAS VALOR CORRESPONDENTE UM MONTANTE IGUAL INFERIOR A 2.000 (DUAS NVEZES A UPF/AP - LEI Nº 22 DE 2017 - Art. 1º Fica altera para 5000 (cinco mil) UPF UPF/AP - Unidade Padrão Fis do Estado do Amapá, na data sua constituição o valor previno art. 1º, da Lei nº 1.178, de de janeiro de 2008	TO DÁ DE A DU IIL) 05 do a cal de sto	SOCIAL/SETOR PÚBLICO	INDETERMINADO
EMPRESAS AÉREAS REGIONAIS	LEI Nº 1185 DE 04.01.08	AUTORIZA O PODER EXECUTI A CONCEDER BENEFÍC FISCAIS ÀS EMPRESAS AÉRI REGIONAIS INSTALADAS E	OS AS	SOCIAL	INDETERMINADO



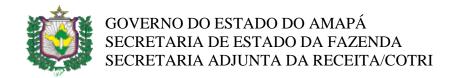
PUBLICIDADE E	DECRETO Nº	CONVÊNIO ICMS	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO	Parecer Fiscal	SOCIAL	INDETERMINADO
PROPAGANDA NA	1797, DE 13 DE	09, DE 4 DE	DE REDUÇÃO DA BASE DE			
TELEVISÃO POR	JUNHO DE	ABRIL DE 2008	CÁLCULO DO ICMS E DISPENSA			
ASSINATURA, VEICULAÇÃO	2008		DE SEU PAGAMENTO E DEMAIS			
DE MENSAGENS DE			ACRÉSCIMOS NAS PRESTAÇÕES			
			DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO			
			POR MEIO DE VEICULAÇÃO DE			
			MENSAGENS DE PUBLICIDADE E			
			PROPAGANDA NA TELEVISÃO			
			POR ASSINATURA.			
GESAC	DECRETO Nº	CONVÊNIO ICMS	ISENTA DO ICMS NAS	Escrituração Fiscal	SOCIAL/SETOR	INDETERMINADO
	2726, DE	141 DE 2007	PRESTAÇÕES DE SERVIÇO DE		PÚBLICO	
	22.08.08		COMUNICAÇÃO NO ÂMBITO DO			
			PROGRAMA GOVERNO			
			ELETRÔNICO DE SERVIÇO DE			
			ATENDIMENTO DO CIDADÃO -			
			GESAC			
TRANSPORTE AÉREO DE	DECRETO Nº	CONVÊNIO ICMS	ISENTA DO ICMS AS	Escrituração Fiscal	SOCIAL	PRAZO
CARGA	0729, DE 29 DE	144/08	PRESTAÇÕES INTERNAS E			INDETERMINADO
	MARÇO DE	CONVÊNIO ICMS	INTERESTADUAIS -			
	2010	117/09	PRESTADORES DE SERVIÇOS DE			
			TRANSPORTE AÉREO DE CARGA			



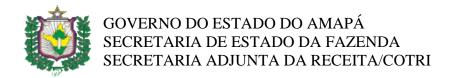
PNEUS USADOS	DECRETO Nº 2051 DE 07 DE JUNHO DE 2010.	CONVÊNIO ICMS 33/10	ISENTA DO ICMS AS SAÍDAS DE PNEUS USADOS,COM OBJETIVO RECICLAGEM, TRATAMENTO OU DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA. NÃO SE APLICA QUANDO A SAÍDA FOR DESTINADA À	•	SOCIAL/AMBIENT AL	PRAZO INDETERMINADO
			MOLDAGEM, RECAPEAMENTO, RECAUCHUTAGEM OU PROCESSO SIMILAR.			
PNEUS USADOS	DECRETO Nº 2051 DE 07 DE JUNHO DE 2010	CONVÊNIO ICMS 33, DE 26 DE MARÇO DE 2010	ISENTA DO ICMS NAS SAÍDAS DE PNEUS USADOS	Escrituração Fiscal	SOCIAL/SETOR PÚBLIPN	INDETERMINADO
BENS DESTINADOS A ENSINO E PESQUISA CIENTÍFICA	DECRETO Nº 3040 DE 21 DE JULHO DE 2010	CONVÊNIO ICMS 93, DE 18 DE SETEMBRO DE 1998, BEM COMO O CONVÊNIO ICMS 41, DE 26 DE MARÇO DE 2010	CONCEDE ISENÇÃO DO ICMS NA IMPORTAÇÃO DE BENS DESTINADOS A ENSINO E PESQUISA CIENTÍFICA	Parecer Fiscal	SOCIAL/EDUCAÇÃ O	INDETERMINADO
PRONAF - GÊNERO ALIMENTÍCIO	DECRETO № 0621 DE 21 DE JANEIRO DE 2011	CONVÊNIO ICMS 143/10 CONVÊNIO ICMS 178/10	ISENTA DO ICMS AS OPERAÇÕES RELATIVAS À SAÍDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PRODUZIDOS POR	Escrituração Fiscal	SOCIAL/AGRÍCOLA	EFEITOS A PARTIR DE 1º. 02.2011, PRAZO INDETERMINADO.



ENERGIAS SOLAR E EÓLICA - EQUIPAMENTOS E COMPONENTES	DECRETO N.º 2749, DE 13 DE MAIO DE 2011. ALTERA O	CONVÊNIO 101/1997 CONVÊNIO 11/11CONVÊNIO	AGRICULTORES FAMILIARES QUE SE ENQUADREM NO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR- PRONAF DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO ICMS NAS OPERAÇÕES COM EQUIPAMENTOS E	Ato Declaratório	ECONÔMICO/SOC IAL/AMBIENTAL	EFEITOS ATÉ 31.12.2021 DEC. N.º 2056/2014
	DECRETO N.º 2047, DE 07 DE	25/11	COMPONENTES PARA O APROVEITAMENTO DAS			
	JUNHO DE 2010		ENERGIAS SOLAR E EÓLICA QUE ESPECIFICA			
MERENDA ESCOLAR (ALIMENTOS REGIONAIS)	DECRETO N.º 4344, DE 5 DE SETEMBRO DE 2011.	CONVÊNIO ICMS 55/2011	CONCEDE ISENÇÃO DO ICMS NAS OPERAÇÕES INTERNAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS REGIONAIS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO. ADQUIRIDOS DE PESSOAS FÍSICAS PRODUTORES RURAIS, COOPERATIVAS DE PRODUTORES OU ASSOCIAÇÕES QUE AS REPRESENTEM.	Escrituração Fiscal	SOCIAL/EDUCAÇÃ O	PRAZO INDETERMINADO

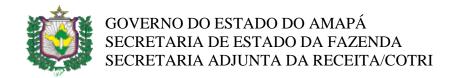


IMPORTAÇÃO (CRÉDITO PRESUMIDO)	DECRETO N.º 4098, DE 24 DE AGOSTO DE 2011, ALTERADO PELO DECRETO N.º 5236, DE 14.11.2011. REVOGA O DECRETO Nº 2504/1998	ART. 129 DA LEI № 0400/1997	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CRÉDITO PRESUMIDO PARA OPERAÇÕES DE IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS ESTRANGEIRAS, NO PERCENTUAL DE 8% (OITO POR CENTO)	Ato Declaratório	ECONÔMICO/ARR ECADATÓRIO	PRAZO INDETERMINADO
HEMOCENTROS	DECRETO № 869, DE 21.03.2012	CONVÊNIO ICMS 103/11	CONCEDE ISENÇÃO DO ICMS NAS OPERAÇÕES COM FÁRMACOS E MEDICAMENTOS DERIVADOS DO PLASMA HUMANO COLETADO NOS HEMOCENTROS DE TODO O BRASIL, EFETUADAS PELA EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS	Escrituração Fiscal	SOCIAL	PRAZO INDETERMINADO
TRATAMENTO DO CÂNCER	DECRETO № 1773, DE 18.05.2012	CONVÊNIO ICMS 162/94	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO ICMS NAS OPERAÇÕES INTERNAS COM MEDICAMENTOS DESTINADOS AO TRATAMENTO DO CÂNCER	Escrituração Fiscal	SOCIAL/SETOR PÚBLICO	PRAZO INDETERMINADO



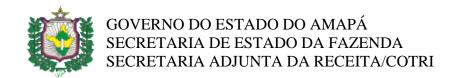
DEFICIÊNCIA FÍSICA, VISUAL, MENTAL OU AUTISTA, VEÍCULOS DESTINADOS A PESSOAS PORTADORAS DE	DECRETO Nº 0007 DE 03 DE JANEIRO DE 2013; DECRETO Nº 2663 DE 13 DE AGOSTO DE 2020	Convênio ICMS 22, de 03 de abril de 2020.	PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, VISUAL MENTAL OU AUTISTA	SOCIAL	Até 31 de dezembro de 2020
ÓLEO DIESEL OU BIODIESEL	DECRETO 4665/2019, PRORROGADO PELO DECRETO N° 0612 DE 17.02.2020 OBS: SUBSTITUIU O DECRETO 4122/2013 DECRETO 6013/2013. (MUDOU A ISENÇÃO PARA RBC 80%)	CONVÊNIO ICMS 79/2019 Convênio ICMS 199/19.	Fica concedida redução de base de cálculo do ICMS em 80% (oitenta por cento) nas operações internas da aquisição de óleo diesel ou biodiesel, pelas empresas concessionárias/permissionária s de transporte coletivo público rodoviário urbano, metropolitanos e intermunicipal de passageiros operado mediante delegação, em linhas regulares para uso exclusivo nesta atividade, localizada neste Estado	SOCIAL	Até 31 de Dezembro de 2020

TELEVISÃO POR ASSINATURA	DECRETO Nº 2465 DE 26 DE MAIO DE 2014	CONVÊNIO ICMS 135 E 176 DE 2013	REDUZ A BASE DE CÁLCULO DO ICMS NAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA, DE TAL FORMA QUE A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO RESULTE NO PERCENTUAL DE 10% (DEZ POR CENTO).	Escrituração Fiscal	SOCIAL	PRAZO INDETERMINADO
HORTIFRUTIGRANJEIRO S	DECRETO № 3530 DE 09 DE JUNHO DE 2015	CONVÊNIO ICMS 21 DE 2015	ALTERA O ANEXO I DO DECRETO № 2269/1998 - RICMS NA PARTE QUE TRATA DA ISENÇÃO DE PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS	Escrituração Fiscal	SOCIAL/AGRÍCOLA	EFEITOS A PARTIR DE 01.06.2015
OPERAÇÕES COM VEÍCULOS AUTOMOTORES E VEÍCULOS NOVOS DE DUAS RODAS	DECRETO № 0432 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016	CONVÊNIO ICMS 132 DE 1992	REDUZ A BASE DE CÁLCULO DO ICMS RETITO POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, NAS OPERAÇÕES COM VEÍCULOS AUTOMOTORES E COM VEÍCULOS NOVOS DE DUAS RODAS	Escrituração Fiscal	SOCIAL/ECONÔMI CO/FOMENTO	INDETERMINADO

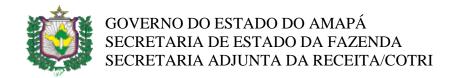


IMPORTAÇÃO DE	DECRETO Nº	ART. 140, C/C O	CONCEDE REDUÇÃO EM 41,67%	Escrituração Fiscal	SOCIAL/ECONÔMI	Produzindo efeitos no
PRODUTOS PARA	0799, DE	ART. 251, DA LEI	A BASE DE CÁLCULO DO ICMS		СО	período de 1º de
COMÉRCIO NA ALCMS	11.03.2016	N.º 0400/1997	INCIDENTE NAS OPERAÇÕES DE			fevereiro de 2016 a 31
			IMPORTAÇÃO DE			de dezembro de 2018
			MERCADORIAS ESTRANGEIRAS			
			DESTINADAS À			
			COMERCIALIZAÇÃO NA ALCMS			
			DE FORMA QUE A CARGA			
			TRIBUTÁRIA RESULTE EM 7%			
			(SETE POR CENTO).			
TELEVISÃO POR	DECRETO Nº	CONVÊNIO ICMS	DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE	Parecer Fiscal	SOCIAL	EFEITOS A PARTIR DE
ASSINATURA	3314 DE 15 DE	10 DE 1998 /	BASE DE CÁLCULO DO ICMS NAS			01.02.2016
	SETEMBRO DE	CONVÊNIO ICMS	PRESTAÇÕES DE SERVIÇO DE			
	2016	78 DE 2015 /	TELEVISÃO POR ASSINATURA			
		CONVÊNIO ICMS				
		99 DE 2015				
Benefícios instituídos	DECRETO Nº	CONVÊNIO ICMS	Diversos constantes nos Anexos	Escrituração Fiscal	Regularização de	CONFORME LEI
em em desacordo com o	0839 DE 27 DE	190/17	I e II do Decreto.		benefícios de	160/2017 E CV
disposto no art. 155, § 2º,	MARÇO DE				acordo com	190/17.
inciso XII, alínea g, da	2018				Confaz	
Constituição Federal, nos						
termos do art. 3º, inciso I,						
da Lei Complementar						
Federal nº 160, de 07 de						
agosto de 2017, e da						

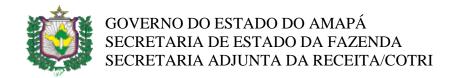
cláusula segunda, inciso I, do Convênio ICMS 190/17						
ENERGIA SOLAR E EÓLICA	2158 DE 12 DE JUNHO DE 2018	CONVÊNIO ICMS 82/2017 E 109/2014	DIFERIMENTO NAS OPERAÇÕES COM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CAPTAÇÃO DE ENERGIA SOLAR E EÓLICA	Escrituração Fiscal	SOCIAL/ECONÔMI CO/FOMENTO	INDEFINIDO
ENERGIA ELETRICA E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	DECRETO № 2169 DE 13 DE JUNHO DE 2018	CONVÊNIO ICMS 102/13 E ADESÃO CONVENIO ICMS 44/2018	CREDITO PRESUMIDO NA AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO.	Ato Declaratório	SOCIAL/ECONÔMI CO/FOMENTO	INDEFINIDO
TESOURO VERDE	DECRETO № 2894 DE 03 DE AGOSTO DE 2018		DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO PROGRAMA TESOURO VERDE - AMAPÁ INSTITUÍDO PELA LEI ESTADUAL Nº 2353/2018	Ato Declaratório	SOCIAL/ECONÔMI CO/FOMENTO	EFEITOS A PARTIR DE 03.08.2018



TRIGO E COMPLEMENTOS	DECRETO № 2895 DE 03 DE AGOSTO DE 2018	CONVÊNIO ICMS 190/17 - Adesão a Decreto do Pará	TRATAMENTO TRIBUTÁRIO NAS OPERAÇÕES DE IMPORTAÇÃO COM TRIGO	Escrituração Fiscal	SOCIAL/ECONÔMI CO/FOMENTO	A DEFINIR PELA LEI 160/2017 E CV 190/17
BEBIDAS CLASSIFICADAS NAS POSIÇÕES 2204 A 2208 DA NOMENCLATURA COMUM DO MERCOSUL - NCM	DECRETO N° 0251 DE 21 DE JANEIRO DE 2019		DISPÕE SOBRE TRATAMENTO TRIBUTÁRIO NAS OPERAÇÕES COM BEBIDAS CLASSIFICADAS NAS POSIÇÕES 2204 A 2208 DA NOMENCLATURA COMUM DO MERCOSUL - NCM, EFETUADAS POR ATACADISTAS E VAREJISTAS	Ato Declaratório	ECONÔMICO	EFEITOS ATÉ O PRAZO DE FRUIÇÃO CONSTANTE LC FEDERAL N° 160 DE 2017
BEBIDAS NCM/SH 2204 a 2208	DECRETO Nº 0251 DE 21 DE JANEIRO DE 2019	CONVÊNIO ICMS 190/17 - Adesão a Decreto do Pará	CONCEDE CRÉDITO PRESUMIDO NOS TERMOS QUE DISPÕE.	Ato Declaratório	ECONÔMICO/ARR ECADATÓRIO	CONFORME LEI 160/2017 E CV 190/17
MERCADORIA IMPORTADA DO EXTERIOR	DECRETO N° 1780 DE 25 DE ABRIL DE 2019	CONVÊNIO ICMS 190/2017	CONCEDE CRÉDITO PRESUMIDO NAS OPERAÇÕES DE SAÍDA INTERESTADUAL DE MERCADORIA IMPORTADA DO EXTERIOR, ADESÃO A BENEFÍCIO CONFORME LEI COMPLEMENTAR 160/17 E CONVÊNIO ICMS 190/17.	Ato Declaratório	ECONÔMICO/ARR ECADATÓRIO	EFEITOS ATÉ O PRAZO DE FRUIÇÃO DA LC FEDERAL N° 160 DE 2017



CORREDOR DE IMPORTAÇÃO	DECRETO Nº 1780 DE 25 DE ABRIL DE 2019	CONVÊNIO ICMS 190/17 - Adesão a Lei de Rondônia	CONCEDE CRÉDITO PRESUMIDO NOS TERMOS QUE DISPÕE.	Ato Declaratório	ECONÔMICO/ARR ECADATÓRIO	CONFORME LEI 160/2017 E CV 190/17
MINERADORAS EM OPERAÇÃO NO TERRITÓRIO AMAPAENSE	DECRETO Nº 1518 DE 08 DE ABRIL DE 2020	Convênio ICMS 65/2019	Concede às Empresas Mineradoras em operação no território amapaense: I - isenção do ICMS incidente nas operações internas com óleo diesel, classificado no código 2710.19.21 da Nomenclatura Comum do Mercosul — NCM - quando for destinado a insumo para geração de energia elétrica em suas usinas Termelétricas; II - isenção do ICMS incidente nas operações internas com energia elétrica fornecida pela Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA - destinada ao insumo para movimentar sua Usina de Beneficiamento de Minério.		ECONÔMICO/SOC IAL	Até 31 de dezembro de 2020



ATUALIZADA ATÉ 18/09/2020

JUSTIÇA ELEITORAL	DECRETO Nº	CONVÊNIO ICMS	Isenta do ICMS as operações de	Escrituração Fiscal	SOCIAL/SETOR	eleições municipais de
(isenção) de produtos e	3128 DE 17 DE	81, de 02 de	doação aos órgãos da Justiça		PÚBLICO	2020
materiais de combate e	SETEMBRO DE	setembro de	Eleitoral de produtos e materiais			
prevenção a covid-19	2020	2020"	de combate e prevenção a			
			covid-19, durante a realização			
			das eleições municipais de 2020.			

OBSERVAÇÕES SOBRE A TABELA:

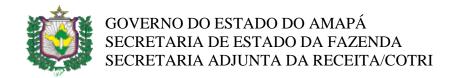
Destaca-se que não consta na lista os benefícios aprovados no Confaz, porém com prazo vencido, tampouco os com convênios ativos, tendo o Estado do Amapá sido signatário, porém, não tenham sido implementados ou regulamentados via decreto de prorrogação (até a presente data).

- 1) O Tesouro Verde está inserido na tabela por ser requisito de contrapartida para concessão de benefícios, por isso figura na lista.
- 2) Por sua vez, a dispensa de execução fiscal é um padrão mínimo para execução tendo em vista o custo benefício dos processos, seja de caráter tributário ou não. Por tanto, se trata de um benefício latu sensu, mas não necessariamente fiscal ou tributário, mas de ordem processual.
- 3) O programa Fome Zero foi um programa criado em 2003 para o enfrentamento da fome e da miséria no país que no processo de revisão e ampliação dos programas sociais do governo federal, o programa Fome Zero acabou sendo incorporado pelo Bolsa Família. No Estado foi implementado pelo Decreto № 2871/2017, foi mantida na lista pelos efeitos até 30.09.2019, que será necessariamente retirado nesta atualização.
- 4) O parcelamento também não se trata de renúncia de receita, mas apenas uma forma diferente de pagamento, também relacionado aos benefícios de forma indireta.
- 5) Quanto ao Decreto nº 839/2018, trata-se de uma regularização perante ao Confaz, não se trata de benefício novo, com a relação com identificação dos atos normativos relativos a benefícios instituídos em desacordo com o disposto no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea g, da Constituição Federal, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 160, de 07 de agosto de 2017, e da cláusula segunda, inciso I, do Convênio ICMS 190/17.
- 6) Convém afirmar que todos os atos normativos estão disponíveis na página eletrônica da SEFAZ/AP com o seguinte endereço: https://www.sefaz.ap.gov.br/ na aba legislações/benefícios fiscais.

OBSERVAÇÕES SOBRE A TABELA (LEGENDA):

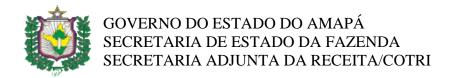
QUANTO À FINALIDADE

Fazenda Estadual, Av. Raimundo Álvares da Costa nº 367 - Centro -CEP: 68.906-074 - Macapá/AP - Fone: (96) 2101-3122. MISSÃO: Administrar as Normas aplicadas às receitas públicas estaduais, com qualidade e respeito aos princípios legais, visando à satisfação dos clientes.



	D=00D10 i o
LEGENDA	DESCRIÇÃO
	atende a igualdade, capacidade
	contributiva, diminuição das desigualdades etc.
	Como forma de utilidade pública e de grande
SOCIAL	apelo social.
SOCIAL/AMBIENTAL	social de forma geral,
SOCIAL/AIVIDIENTAL	especificamente para segmento ambiental.
SOCIAL/AGRÍCOLA	social de forma geral,
SOCIAL/AGRICOLA	especificamente para segmento agrícola/rural.
	social de forma geral,
SOCIAL/SETOR PÚBLICO	especificamente para segmento do Estado do
SOCIAL/SETOR PUBLICO	Amapá (utilidade pública/interesse público),
	redução de gastos do Estado etc.
COCIAL /EDUCAÇÃO	social de forma geral,
SOCIAL/EDUCAÇÃO	especificamente para segmento educacional.
ECONÔMICO/FOMENTO	visa o desenvolvimento do Estado,
ECONOMICO/FOMENTO	para incremento na cadeia produtiva.
ECONÔMICO	desenvolvimento
ECONOMICO	econômico/Proteção do mercado amapaense.
ECONÔMICO/ARRECADATÓRIO	desenvolvimento econômico/visa
ECONOMICO/ARRECADATORIO	arrecadar impostos.

QI	QUANTO À CONCESSÃO					
LE	EGENDA	DESCRIÇÃO				
Es fiscal	scrita	não é necessário regime especial, pela própria força da legislação o contribuinte pode registra a operação em seus documentos, devendo realizar a guarda por 5 anos.				



declaratório	ato	necessidade de regime especial nos termos do art. 415 do RICMS/AP, com publicação no DOE/AP
fiscal	parecer	simples emissão de parecer, necessidade de ser configurada a consulta nos termos formais, mas não é necessário parecer